A DEFICIÊNCIA AUDITIVA E A APRENDIZAGEM

CÉLIA REGINA JIMENEZ PEIXOTO CUCURULLI

RESUMO
A deficiência auditiva pode afetar significativamente a aprendizagem de uma pessoa, uma vez que a audição é uma das principais vias de acesso às informações e comunicação. A deficiência auditiva pode variar em grau e tipo, podendo ser desde uma perda leve até uma perda total da audição. Para crianças com deficiência auditiva, a aprendizagem pode ser afetada em diversas áreas, como a linguagem, a comunicação, a leitura, a escrita e a habilidade de compreensão de conceitos abstratos. Isso ocorre porque a audição é fundamental para o desenvolvimento da linguagem e da fala, bem como para a compreensão de conceitos e informações apresentados oralmente. Existem diversas estratégias e recursos que podem ser utilizados para auxiliar na aprendizagem de crianças com deficiência auditiva, como o uso de aparelhos auditivos, implantes cocleares, sistemas de amplificação sonora, linguagem de sinais, leitura labial e tecnologias assistivas. Além disso, é importante que essas crianças tenham acesso a profissionais capacitados, como fonoaudiólogos e educadores especializados em deficiência auditiva, que possam orientá-las e auxiliá-las em seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Aprendizagem; Comunicação; Desenvolvimento;

INTRODUÇÃO

No Brasil, há uma luta intensa dos grupos sociais minoritários por seus direitos. O mundo ainda não está totalmente adaptado para que pessoas com necessidades especiais possam ter uma vida normal, sendo amparadas em suas dificuldades por meio do próprio povo e do Estado.
A escola é a base introdutória no mundo social. As crianças especiais devem ser acolhidas, se possível, por instituições de ensino regular. O sistema educacional brasileiro passa por uma série de modificações, visando a uma verdadeira inclusão educacional.
A realidade, tanto dos profissionais da educação de alunos, é marcada por relativismos e medos. Conseguir uma educação justa e menos preconceituosa da realidade é o primeiro passo para a inclusão educacional.
A escola e o professor têm um papel fundamental no processo educativo da vida de qualquer pessoa, principalmente das crianças com necessidades especiais, nomeadamente físicas. Há, no entanto, que se você tiver uma 'aparência' distinta, uma atenção maior do que o normal. Através da utilização de métodos eficazes e adaptados ao caso particular, é possível proporcionar capacitação, tanto no domínio cognitivo como no físico, incentivando a socialização e a autonomia dos alunos especiais.

DESENVOLVIMENTO DE APRENDIZAGEM PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Aprender é um processo de mudança comportamental, resultante da experiência construída por aspectos emocionais, ambientais e neurológicos.
A aprendizagem, em seu aspecto global, é idêntica a cada aprendizagem; em seu aspecto particular, deve ser traduzido pela heterogeneidade dos dutos observados na aprendizagem em sala de aula, ou seja, cada um tem suas peculiaridades na hora de aprender. Os exercícios de aprendizagem, como armazenar e consolidar passaram por transformações e, atualmente, a base educacional é formada pela reflexão, pela busca, pela urgência de criar novos procedimentos.
De acordo com Mittler (2000, p. 25):

(...) no campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

A educação, assimilada como prática comunitária e inserida em um contexto social, econômico e político, não é uma atividade neutra. A prática pedagógica, quando realizada dentro dos valores dominantes, reduz a exclusão social. Essa mudança traz benefícios para todos,

garantindo direitos fundamentais em diversos níveis.
Assim, o ser humano que está incompleto em sua estrutura biológica é considerado deficiente. Historicamente, são determinados a serem incapazes e ineficientes no mundo do trabalho, educação e convívio com outras pessoas. Hoje, através do novo paradigma da inclusão educacional e social para o resgate da integração, a fim de construir uma sociedade mais justa e menos discriminatória.
A educação inclusiva é um movimento contemporâneo, que busca a inclusão de todos na rede regular de ensino, proporcionando igualdade de condições de acesso e permanência na escola, e que inclua não só inserir o aluno com necessidades especiais no ensino regular, mas proporcionar-lhe tanto acompanhamento técnico específico do ensino, visando sempre a busca pelo conhecimento.
Educação inclusiva, portanto, significa educar todas as crianças em um contexto escolar. A opção por essa modalidade de ensino não significa negar as dificuldades dos alunos. Pelo contrário. Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas sim como diversidade. É essa variedade, a partir da realidade social, é possível ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência para todas as crianças. Preservar a diversidade apresentada na escola, presente na realidade social, representa oportunidade de atendimento às necessidades educacionais com ênfase nas habilidades, capacidades e potencialidades de educar.
A inclusão escolar, não é um processo fácil, mas sim um desafio. A escola trata de um novo tema, deixando de lado seu caráter seletivo. Escolas de qualidade são aquelas que propõem contextos educacionais em que todos os alunos tenham oportunidades de aprender, sempre respeitando a pluralidade de culturas, a complexidade da interação humana e o ideal de que todos os indivíduos tenham a mesma capacidade de inteligência.
De acordo com Strieder e Zimmermann (2000, p. 146):

A inclusão exige uma mudança de mentalidade e de valores nos modos de vida e é algo mais profundo do que simples recomendações técnicas, como se fossem receitas. Requer complexas reflexões de toda a comunidade escolar e humana para admitir que o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade, presente numa comunidade humana.

Centros educacionais, locais onde se agregam valores, princípios e conhecimentos, todos os alunos aprendem, sejam estes portadores de necessidades especiais. A comunidade em geral, o ambiente familiar e demais agentes sociais devem ser impulsionadores do desenvolvimento e da inserção das pessoas com deficiência, tanto na escola como no mercado de trabalho e na vida social.
Incluir pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular pressupõe uma grande reforma no sistema educacional. Isso implica a flexibilidade ou adequação do currículo, com modificação das formas de ensino, metodologia e avaliação; Implica também no desenvolvimento de trabalhos em grupo em sala de aula e na criação e adaptação de estruturas físicas que facilitem a entrada e circulação de todas as pessoas. É um desafio, fazer a inclusão, sem perder de vista que além das oportunidades, devemos garantir não só o desenvolvimento da aprendizagem, como também o desenvolvimento integral das pessoas com necessidades educacionais especiais.

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS EM SALAS DE AULA NA ESCOLA COMUM

Sabe-se que a escola desempenha um papel importante na formação da criança, uma vez que colabora para que o mesmo possa futuramente ter o direito de praticar o exercício da cidadania e se ver em pé de igualdade com outros indivíduos a fim de participar de situações para mudar a realidade em que vive.
O que preocupa os profissionais da educação é quanto às crianças que apresentam deficiência auditiva, isso porque elas se deparam com muitos problemas, desde suas dificuldades próprias da deficiência que apresentam, até situações de aceitação e inclusão por conta de sua perda auditiva. O que alguns não entendem é que quando se fala em inclusão, não há como falar simplesmente em prestar um atendimento àquela pessoa portadora, mas sim para o conjunto, todos aqueles que

estiverem envolvidos no contexto, presentes na sala de aula, adequando um ao outro, de maneira que se respeitem mutuamente, que mudem suas atitudes com aquele que em partes, é diferente. “Na verdade, no Brasil a criança surda ainda precisa aprender a saltar o riacho de um lado para o outro sem suporte de uma ponte. Já que primeiramente é alfabetizada na língua portuguesa sem ao menos ter sido alfabetizada na linguagem de sinais” (QUADROS, 2006, p.30).

É evidente que essa inserção, essa mudança de hábitos de todos os alunos, com o aluno com deficiência, não seja uma tarefa fácil, com certeza será exigido toda uma adequação da sociedade com a escola, sendo necessário que se coordene algo entre os profissionais envolvidos, os pais, os alunos e a comunidade. Necessariamente, precisa ter condições de o profissional lidar com esse ponto, é importantíssimo que haja uma preocupação quanto a sua qualificação.

O estudo relacionado à educação voltado a educandos portadores de necessidades especiais auditivas remete a inúmeros questionamentos, possibilidades e limites, a quebra de paradigmas em diversos posicionamentos da sociedade, para as pessoas com necessidades especiais seja ela auditiva ou não.

Segundo Poker (2001) a escola regular deve proporcionar aos educandos com necessidades especiais auditivas, a escolarização ainda que seja no contra turno escolar favorecendo assim o aprendizado na Língua Portuguesa, e ampliando o ensino em LIBRAS.

Atividades pedagógicas voltadas para educandos surdos na escola regular devem ser trabalhadas em um local no qual se torne bilíngue, em outras palavras, em um espaço físico que seja como fontes principais: Língua Portuguesa e LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais usando como base para primeira e língua segunda língua.

A LIBRAS como assim é chamada a língua brasileira de sinais, é a língua utilizada pelos surdos estabelecerem uma comunicação entre si e com as outras pessoas de seu meio. “Os surdos brasileiros usam a língua de sinais brasileira, uma língua visual-espacial que apresenta todas as propriedades específicas das línguas humanas”. QUADROS (2006, p. 13).

É um formato de conversação que engloba gestos, certas articulações com o único fim de propagarem sua linguagem. “A língua de sinais por repousar numa comunicação gestual, sua disposição se dá no espaço, sendo vista como um processamento de informações espacial”. QUADROS (1997, p.46).

A linguagem oral utiliza-se do canal auditivo para estabelecer a comunicação entre os seres, já à língua de sinais diferentemente da primeira, realiza-se por meio da visão, gestos, coordenação e pelo uso do espaço.

O surdo desenvolveu dentro do seu mundo, formas para comunicar-se com as demais pessoas, sendo estritamente importante que haja o respeito pelo seu modo de falar e suas formas de se expressar, havendo consideração a essas regras básicas, é bem provável que ocorra a alfabetização do aluno surdo de forma mais adequada.

As línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, consequentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter. As línguas no contexto da educação de surdos específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação, por exemplo, produtividade ilimitada (no sentido de que permitem a produção de um número ilimitado de novas mensagens sobre um número ilimitado de novos temas); criatividade (no sentido de serem independentes de estímulo); multiplicidade de funções (função comunicativa, social e cognitiva – no sentido de expressarem o pensamento); arbitrariedade da ligação entre significante e significado, e entre signo e referente), caráter necessário dessa ligação; e articulação desses elementos em dois planos – o do conteúdo e o da expressão. As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo, e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua de sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças. (QUADROS e KARNOPP, 2004apud QUADROS, 2006, p.16).

O emprego da linguagem de sinais dentro do âmbito escolar é uma forma de levar o conhecimento para todos os alunos, fazendo-os se integrarem entre si.

A língua de sinais é uma língua espacial-visual e existem muitas formas criativas de explorá-la. Configurações de mão, movimentos, expressões faciais gramaticais, localizações, movimentos do corpo, espaço de sinalização e classificadores são alguns dos recursos discursivos que tal língua oferece para serem explorados durante o desenvolvimento da criança surda e que devem ser explorados para um processo de alfabetização com êxito. (QUADROS,2006, p.26).

Pode-se dizer que em matéria de inclusão muitos são os métodos que podem ser utilizados com a totalidade dos alunos, propiciando um laço, um vínculo, a integração entre todos. Acredita-se que a aula é um excelente momento para se demonstrar e explorar outras formas de aprendizagens valorando as expressões faciais e corporais. "Garantir o uso da língua de sinais no contexto escolar parece primordial para que haja reconhecimento da surdez, pois é por intermédio da linguagem que significamos o mundo e consequentemente nos significamos" (GESUELI, 2006, p.9). A língua brasileira de sinais tem muito a acrescer no desenvolvimento dos alunos, cabendo ao professor ter consciência de como pode explorar isso em sala de aula com os alunos em sua totalidade. Além disso, ela garante ao aluno surdo uma maneira mais célere e natural de demonstrar suas emoções, seus anseios e precisões, bem como exerce certa influência em sua vida social e ainda no incremento de sua linguagem.

Para que o professor tenha condições de lidar com pessoas surdas, é necessário que tenha qualificação e habilitação para isso. É importante que seja observado a maneira como deixa o curso de formação, seu grau de preparo, para depois levar à diante a inclusão em sua turma de alunos surdos. É importante também que haja um bom relacionamento entre professor e o intérprete, favorecendo assim a inclusão do aluno.

Conforme Mantoan (2006): "Quando se analisa de forma generalizada a educação, em relação à inclusão, o que se observa é a falta de profissionais com habilidades para lidar com o atendimento de alunos que precisam de um acompanhamento individualizado".

Acredita-se que havendo uma melhor qualificação do profissional envolvido com a educação, é possível vislumbrar que sejam acolhidas as questões referentes à inclusão nas escolas, sendo de suma importância que o aluno surdo encontre dentro do âmbito escolar sua integração com os demais. Para Stainback (1999, p. 25): "Os aspectos da escola nesse período de grandes alterações sociais têm sofrido mudanças, por conta disso, os professores necessitam de se transformarem para que tenham como trabalharem com os alunos surdos".

Atualmente a qualificação do professor da rede pública, tem sido bem destacada nos cursos de graduação, justamente pela grande quantidade de alunos com necessidades diferenciadas. É de suma importância que haja uma atenção especial quanto ao preparo dos profissionais ligados à educação, para que ao receber esses alunos, não incorram com a problemática da exclusão. "Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática"(MENDES, 2004, p. 227).

Pela Resolução nº 2, de 11/09/2001 do Conselho Nacional de Educação, fica instituído:

Art. 8º - As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I – Professores das classes comuns e da educação especial, capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos.

O certo é que os formandos do magistério e pedagogia tenham uma formação mais generalizada, comum a todos, e somente aqueles que desejam seguir com um atendimento especial, sejam qualificados em cursos de especialização e pós-graduação para estarem aptos para lidarem com as deficiências que visam atender.

Um professor intérprete dentro do âmbito da sala de aula consegue ter discernimento daquilo que foi instruído, além de saber motivar a criança surda a praticar a linguagem de sinais desde cedo, permanecendo em seu íntimo, no seu intelecto, desenvolvendo sua parte cognitiva e psicológica dando-lhe condições futuras de se estruturar como homem.

O tradutor intérprete da linguagem de sinais

surgiu da prestação de serviços voluntários, que pouco a pouco passou a ser mais apreciado como forma de profissão, por conta das múltiplas conquistas adquiridas pela comunidade surda. Para alguns a atuação da comunidade surda em movimentos sociais, ocasionou a busca por qualificação de tradutores e intérpretes, sem deixar de ressaltar que o fato da linguagem de sinais terem sido consideradas uma língua oficial, fez com que muitas instituições procurassem por profissionais intérpretes.

Esse intérprete tem a função de transformar determinadas palavras de uma língua em outro tipo de linguagem, e muito embora aparente for de fácil compreensão, essa transformação necessita de muita desenvoltura linguística, um bom desenvolvimento cognitivo e técnico. Ao intérprete cabe também a função de atuar diante de integração de pessoas ouvintes com pessoas surdas.

O tradutor e intérprete é o profissional que domina a língua de sinais e também a língua falada, sendo qualificado para o desempenho e função de interpretar, devendo dominar tanto a língua de sinais quanto a língua portuguesa.

Em 2010 o então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei nº 12.319, que regulamentou a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais, bem como, em seu artigo 2º das competências que lhe cabiam em relação às interpretações da língua portuguesa e de sinais de forma simultânea.

Para atuar nessa profissão é imprescindível obter qualificação peculiar, ou seja, ter propriedade nos processos, nas táticas e nos métodos de tradução e interpretação. É preciso que este profissional auxilie o professor no âmbito escolar.

A função deste profissional é tão somente interpretar o que está sendo falado, colocando em prática as sinalizações específicas condizentes com o assunto que está sendo mencionado, sem alterar os dizeres, sendo imparcial, enfim exercendo com profissionalismo sua função sendo fiel ao interpretar os dados sem desviar-se do conteúdo. A profissão de intérprete é muito bem quista, mas infelizmente há uma minoria qualificada para atender a demanda existente.

Para Quadros (2004, p. 60):

Observando a real situação do Brasil no ensino, o que se tem é uma situação impraticável, visto que não há como atender às reivindicações legais que definem o ingresso e a permanência do aluno surdo na escola analisando suas diferenças sem que exista dentro do âmbito escolar o intérprete da língua de sinais. Devido a esse problema, torna-se indispensável o investimento na qualificação do intérprete da língua de sinais para atender no meio escolar.

A parceria entre professor e intérprete é simplesmente imprescindível na sala de aula, uma vez que caberá ao professor transmitir seus conhecimentos aos alunos ouvintes e ao intérprete divulgar em tempo real a mesma explicação por meio dos sinais aos alunos com surdez.

É preciso que a educação inclusiva seja pauta nas propostas pedagógicas das escolas, que se volte maior atenção para esse público diferenciado, afinal somente com adoção de certas medidas, certas ações torna-se possível alterar o quadro de exclusão tão repetitivo no âmbito escolar.

A preocupação pedagógica deve voltar-se para o quesito exclusão, procurando alterar essa situação, se importando em criar ambientes mistos, que determinem uma aprendizagem que envolva todos os alunos sem distinção.

No Brasil, existem centenas de leis que esclarecem quanto à recusa de matrículas de pessoas deficientes, que necessitam ser inclusas no contexto escolar, mas a realidade existente apresenta-se de outra forma, em um cenário totalmente adverso, com um palco despreparado, muitas vezes por culpa do próprio professor sem qualificação e preparo necessário, outras por conta de outros profissionais ligados à área da educação.

Nesse palco de um lado atuam os alunos com deficiência que reclamam seguidas vezes das escolas que insistem em deixarem exclusos, por não terem acessibilidade, não apresentarem metodologias condizentes com suas necessidades.

A realidade que se nota é inteiramente antagônica, mesmo diante de uma infinidade de

leis e decretos que ponderam sobre a entrada de alunos com deficiência auditiva nas escolas, concedendo-lhes o direito a frequentarem salas de aulas regulares, o que se vislumbra são leis que embora favoreçam os deficientes, dificilmente são seguidas nas escolas regulares. Um fato muito comum que se nota é a presença de dois cenários, em um deles a presença rara de algumas escolas voltadas para a comunidade surda de educação é bilíngue, já em outro palco a escola regular, que recebe tanto alunos ouvintes, quanto surdos, que deveria seguir o mesmo padrão e ser coerente em relação à outra escola bilíngue, porém isso não é uma assertiva, não é a regra.

A questão do acesso à língua de sinais é iminente na recepção educacional à criança surda. Qualquer atuação pedagógica deve atender sua condição linguística e apresentar a Libras (língua brasileira de sinais) como forma de ingresso. No entanto, isso não é lembrado em muitas das experiências escolares em salas de aula onde alguns professores lecionam apenas com parte de domínio das Libras (LEBEDEFF, 2010, pg.177).

Muitos pontos são elencados nas leis, inclusive sobre a linguagem brasileira de sinais, acredita-se que devido a isso, o aluno surdo é tido como especial, afinal as escolas ainda em muitos locais, encontram-se desprovidas, sem qualquer condição, sem ferramentas e carentes de professores aptos a exercerem a função demandada. “Um aluno ainda é visto como especial porque o sistema de ensino, as aulas ministradas, não consegue atender suas precisões e necessidades” (MITTLER, 2003, p. 32).
A escola atual não oferece condições suficientes para ser vista como uma escola realmente “inclusiva”, porque quando se fala em escola inclusiva é necessário que este recinto tenha crianças partícipes e atuantes. Para que exista a educação inclusiva, é necessário haver educadores capacitados, uma escola adaptada às necessidades da criança com deficiência, que necessita de atendimento especializado, como a Secretaria de Educação Especial (2004, p. 07) expõe:

A escola é um espaço no qual se deve favorecer a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania. É no dia-a-dia escolar que crianças e jovens, enquanto atores sociais têm acesso aos diferentes conteúdos curriculares, os quais devem ser organizados de forma a efetivar a aprendizagem. Para que este objetivo seja alcançado, a escola precisa ser organizada de forma a garantir que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem de cada aluno. É importantíssimo que a escola esteja atenta as preocupações, as peculiaridades, os problemas e as resistências exibidas por seus alunos no dia-a-dia, no âmbito escolar e também no transcorrer do processo de aprendizagem. Que seja um local aberto, afável, pronto e aparelhado para acolher às distinções de cada aluno, lembrando sempre que para se ter, uma educação escolar inclusiva, não pode deixar de lado o educando, que use de métodos, recursos didáticos e aparelhamentos especiais que permitam a correção e a ampliação da fala e da linguagem, para ocorrer à inclusão de forma plena, proporcionando a integração entre a educação especial com o método educacional vigorante, garantindo a formação de cidadãos mais conscienciosos e participativos.

Educar crianças com necessidades especiais ao lado de outras crianças em escolas comuns é admirável, não apenas com intuito de fornecer oportunidades de socialização e de modificar o pensamento estereotipado das pessoas sobre as restrições, mas também para ensinar o aluno a dominar habilidades e conhecimentos necessários para a vida futura dentro e fora da escola. (MENDES, 2004, p.228).

Para que a escola realmente colabore com a inclusão de alunos com surdez, é preciso que haja certas adaptações e mudanças. Que se busquem novas metodologias, tecnologias e formas de relacionar alunos surdos e ouvintes, alunos surdos e seus educadores, ou seja, que seja possível haver a comunicação entre todos sem distinção. Somente permitindo essa troca, esse convívio entre todos, poder-se-á dizer que a escola realmente está cami-

nhando para o lado da inclusão.

Inclusão é algo que vai muito além do ingresso de alunos diferenciados no âmbito escolar; pode-se dizer que é estar disposto a propiciar atividades pedagógicas onde todos os alunos sem exceção participem se envolvam não como um grupo idêntico, mas sim como pessoas com suas próprias biografias e concepções particulares, com suas características que os tornam exclusivos. Em meio a isso, dentre muitas especialidades que existem, está à figura do surdo, que desenvolveu no decorrer de sua vida, táticas a de inquietação e de demonstração, que levou até o mundo, constituindo o que se denominou como cultura surda. (DORZIAT, 2007, p. 1).

Ainda, sobre relacionado inclusão a Secretaria da Educação Especial (2004, p. 09): "A construção de uma escola inclusiva implica em transformações no contexto educacional: transformações de ideias, de atitudes, e da prática das relações sociais, tanto no âmbito político, no administrativo, como no didático-pedagógico". É importante que o aluno surdo não seja puramente jogado na sala de aula, é preciso que seja incluso no contexto, e para que isso ocorra, a escola tem que ter condições de recebê-lo, caso contrário, não há como se falar em inclusão. É preciso que se conheçam as especialidades desse aluno, suas reais necessidades, seus potenciais, que haja o desenvolvimento de um trabalho que vise seu crescimento e sua aprendizagem, que não se anseie por um mero copista, mas por alguém capacitado, que consiga entender aquilo que está sendo ensinados, com condições equivalentes aos demais alunos em aprendizagens. Segundo Skliar (1998, p.37):

Não se pode confundir democracia com tratamento igualitário, justamente porque se um surdo é tratado da mesma forma que um aluno ouvinte, ele estará em situação de desvantagem, visto que não conseguirá absorver os conhecimentos que lhe forem passados. Com relação à democracia, já existe uma preocupação com as particularidades de cada um dos alunos, seus ritmos durante o aprendizado e suas precisões particulares.

Muitas escolas atualmente têm buscado oportunidades para os alunos com surdez, é claro que essa não é via de regra, mas já é possível ver em muitas salas de aula, a presença diária de um intérprete e em outras um bilíngue com um único fim, dar igualdade de condições de aprendizado para todos os alunos, sem distinção, sem qualquer mudança, no mesmo tempo, todos juntos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala em ter um professor bilíngue dentro da sala de aula, não se dá privilégios para o aluno surdo, mas lhe é concedido o direito de aprender em igualdade de condições com o aluno ouvinte.
A educação bilíngue busca dar a criança surda, o mesmo direito que a criança ouvinte tem em relação ao seu desenvolvimento cognitivo, garantindo que tenha condições de se desenvolver de forma harmoniosa com os outros colegas de sala de aula.
Do ponto de vista bilíngue a pessoa surda é observada como alguém diferente, não como um ser portador de deficiência, mas alguém que em virtude de certa dificuldade auditiva não consegue assimilar os conteúdos que lhe são passados, não tem condições de desenvolver todo seu potencial, justamente porque não teve seus direitos linguísticos acatados.
A importância dada pelo governo e as melhorias obtidas pela comunidade surda ao longo dos anos, o que se percebe é que a inclusão do aluno surdo infelizmente ainda não tem sido de todo satisfatória.
O que se nota é que em algumas escolas existe muita preocupação com esse aluno ao oferecer métodos que realmente contribuam com sua inclusão, que adotam práticas colaborativas com seu crescimento, que atende suas precisões, mas ainda não se pode dizer que em pé de igualdade com o aluno ouvinte. É possível observar que certas escolas não se preocupam com a adequação, que fazem uso de metodologias que se distanciam e muito do imaginado para o aluno surdo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, 1994.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, Ministério da Educação, 1996.
_____ . MEC. Secretaria de Educação Especial: Direito à educação: orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP. 1997.
_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. 3. Ed. São Paulo: Summus, 2006.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão Escolar. Summus editorial. 4ª edição. SP, 2006 Pg. 16, 17, 36, 37, 39, 40, 41
MENDES, E. G. Construindo um "lócus" de pesquisas sobre inclusão escolar. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de.Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos: EDUScar, pp.221-230, 2004.
MITTLER, Peter. Educação inclusiva. Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
POKER, Rosimar Bortolini. Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas: uma proposta educacional. UNESP, 2001.363P. Tese de Doutorado.
QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
QUADROS, Ronice Muller, SHIMIEDT, Magali L.P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.
QUADROS, R. M. de Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre.
RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação 1998.
STAINBACK, Susan Willian. Inclusão, um guia para Educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.